A indústria açucareira no final do século XVII A instabilidade e as políticas régias de reestruturação

Marcelo Lunardi Carmo

Mestrando em História Econômica pela Universidade de São Paulo

Resumo

Durante o século XVII os rendimentos do açúcar passaram por um período de forte volubilidade. Ao iniciar-se a centúria o produto encontrava-se num momento de valorização: os preços dispararam e o número de engenhos no Brasil cresceu significativamente. Já no último quartel do século os produtores enfrentavam uma situação totalmente oposta: queda dos preços no mercado internacional e aumento nos custos de produção. A queda nos preços do produto teve como uma de suas principais causas o aumento da oferta no mercado internacional, gerada pela concorrência do açúcar produzido nas Antilhas. A desvalorização somada aos altos custos dos gêneros necessários à produção dos engenhos deixava os senhores cada vez mais endividados e muitos enfrentavam dificuldades para saldar suas dívidas. Em decorrência da queda dos preços a falsificação avolumou-se, afetando a reputação da indústria da colônia. Mesmo com os problemas enfrentados o açúcar do Brasil se mantinha como uma importante fonte de recursos para os cofres régios, e era de conhecimento da Coroa que os altos ganhos com a tarifação do comércio açucareiro só seriam restituídos com políticas que lograssem modificar o quadro vivido pela indústria. Ademais a estrutura social dos principais centros urbanos da colônia estava fortemente vinculada à cultura açucareira. Nesse contexto as políticas de fomento à indústria açucareira inserem-se num conjunto maior de ações, tomadas pela Coroa no final do século XVII, que visavam promover a economia do Brasil.

Palavras-chave período colonial, crise econômica, açúcar.

Abstract

During the seventeenth century the sugar yields went through a period of strong volatility. At the beginning of the century, the product was in a moment of appreciation: prices soared and the number of mills in Brazil increased significantly. Already in the last quarter of the century the producers faced a totally opposite situation: fall of the prices in the international market and increase in the costs of production. The fall in the prices of the product had as one of its main causes the increase of the supply in the international market, generated by the competition of the sugar produced in the Antilles. The depreciation added to the high costs of the genres necessary for the production of the mills left the lords more and more indebted and many faced difficulties to pay off their debts. As a result of the fall in prices the forgery increased, affecting the reputation of the colony industry. Even with the problems faced, Brazil's sugar remained an important source of resources for the royal coffers, and it was known to the Crown that the high gains from sugar merchant pricing would only be restored with policies that would change the industry. In addition the social structure of the main urban centers of the colony was strongly linked to the sugar culture. In this context, policies to promote the sugar industry are part of a larger set of actions taken by the Crown at the end of the 17th century to promote the Brazilian economy.

Keywords colonial period, economic crisis, sugar.

Quando assumiu a administração do Reino em 1668, o então regente, D. Pedro¹ deparou-se com um quadro de queda dos rendimentos da indústria açucareira. Os problemas dos produtores brasileiros eram bem conhecidos em Lisboa, o preâmbulo de uma carta régia encaminhada ao Governador Geral do Brasil preconiza

E parecendo fortemente que os danos do comércio tenham a causa conhecida na carestia dos preços e no vício e falsidade com que se fabricavam os açúcares com que era preciso dar-se tal forma e providência que no preço dos gêneros houvesse moderação e na fábrica dos açúcares verdade porque enquanto assim não fosse não teriam conta aos estrangeiros e cresceriam os danos do comercio até a sua última e total ruina [...]. (*Carta de Sua Majestade sobre a lei dos açúcares e taxa dos gêneros de Portugal*. BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Cartas Régias 1681-1690 – Portarias 1719-1720, vol. 68. Rio de Janeiro: Typografia Baptista de Souza, 1945, pp. 162-164)

Na segunda metade do século XVII os preços do açúcar caíram, enquanto os custos dos insumos necessários à produção aumentaram. O problema se agravava pois, em muitos casos, os senhores de engenho dispunham apenas do açúcar para pagar suas dívidas, e com a redução nos preços esses ficavam cada vez mais endividados. Dado a escassez de moeda as compras de insumos eram realizadas a prazo, devendo ser pagas com o açúcar no período da safra, sendo previamente definido entre as partes o preço pelo qual o produto seria arrematado. Os senhores reclamavam constantemente de perdas geradas por essa prática pois segundo seus relatos os comerciantes vendiam os insumos a preços abusivos e ofereciam importes muito baixos pelo açúcar.

Motivados pelas perdas geradas nessas transações muitos produtores começaram a fraudar as caixas de açúcar que eram remetidas para o Reino, misturando o produto de baixa qualidade com o de qualidade superior. Essa prática vinha arruinando a reputação do açúcar brasileiro e causando o “prejuízo dos compradores, do comércio e do Reino”².

A queda no preço do açúcar foi motivada pelo aumento da oferta do produto, resultado da entrada de novos concorrentes no mercado internacional; num momento em que a demanda por açúcar crescia na Europa outras nações começaram a produzir visando suprir as necessidades de seus mercados internos.

1 A ascensão ao trono português se deu inicialmente como regente assumindo o lugar de D. Afonso VI, seu irmão. Esse fora afastado por sua suposta incapacidade de consumar o casamento e gerar herdeiros para perpetuação da Casa de Bragança no trono português, além disso D. Afonso VI era acusado de permitir que o conde de Castelo Melhor, titular do cargo de escrivão da puridade, governasse em seu lugar. D. Pedro II viria a assumir o posto de rei apenas após a morte do irmão em 1683, foi cognominado “o Pacífico” pois durante seu reinado foram firmados tratados de paz com holandeses (1661) e espanhóis (1668) o que deu início a um ciclo de relativa calma nas relações portuguesas com as demais potências europeias. Para mais informações consultar LOURENÇO, Maria Paulo Marçal. *Dom Pedro II, o pacífico (1648-1706)*. Lisboa: Temas & Debates, 2010, *passim*.

2 BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Cartas Régias 1681-1690 – Portarias 1719-1720, vol. 68. Rio de Janeiro: Typografia Baptista de Souza, 1945, pp. 167-169.2

Nesse contexto as ações implementadas pela Coroa durante as últimas décadas do século XVII pretendiam: por um lado, conter os abusos regulamentando o processo de fixação do preço dos produtos; por outro, combater a falsificação do açúcar. Objetivando com isso a recuperação dos ganhos da indústria açucareira.

I - A indústria açucareira brasileira no século XVII

No início do século XVII o Brasil figurava como maior produtor mundial de açúcar e não enfrentava concorrência significativa no mercado internacional. De 1622 a 1635 os preços do açúcar na Bahia sofreram um aumento de aproximadamente 120%, enquanto a variação dos preços dos produtos produzidos para o consumo local foi de 45%. Após 1635 a tendência de elevação se alterou e o preço do açúcar sofreu uma pequena queda de 7% enquanto o nível geral de preços subiu quase 40%³.

O preço do açúcar branco recebido pelo Engenho Sergipe do Conde, entre os anos de 1620 e 1651, corrobora a afirmação do aumento no preço do produto durante a primeira metade do século XVII. Em 1620 o engenho recebia 955 réis pela arroba do açúcar branco e em 1651 ela valia 1.350 réis, representando um incremento de aproximadamente 40%. A alta não foi constante e em alguns anos o preço do açúcar caiu muito, em 1622 e 1623 a arroba atingiu o nível mais baixo do período sendo cotada à 518 réis⁴.

Mesmo com uma tendência de elevação de preços, os lucros na indústria açucareira não eram tão avultados. Essa situação era vivenciada principalmente pelos produtores da Bahia que na década de 1640 sofreram significativas perdas oriundas de vários ataques holandeses. Em um deles, em 1648, 23 engenhos do recôncavo foram queimados, e entre 1647 e 1648, 130 embarcações com açúcar baiano foram perdidas. Além das perdas com os ataques, os senhores de engenho tinham que arcar com os custos da luta contra os holandeses e da proteção da costa do Recôncavo, situações que minguavam ainda mais os lucros⁵.

Apesar das dificuldades enfrentadas pela indústria açucareira, sua relativa prosperidade atraiu investimentos que se materializaram num célere aumento do número de unidades produtivas na colônia; estima-se que em 1614 o Brasil contabilizava 192 engenhos,

3 SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 146.

4 FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. Bauru: Edusc, 2003 p. 89.

5 FERLINI, *op. cit.*, 2003 p. 96.

passando a 300 em 1624 (um incremento de aproximadamente 56% em apenas 10 anos). A expansão prosseguiu e em 1637 eram 350 chegando no início do século XVIII, em 1710, a 528⁶.

A produtividade dos engenhos, no entanto, não cresceu na mesma proporção: em 1614 foram produzidas 700.000 arrobas; 960.000 arrobas em 1624 (aumento de aproximadamente 37%); em 1637 houve uma pequena redução com a produção alcançando as 900.000 arrobas; em 1710 a produção ultrapassa o um milhão de arrobas chegando a 1.295.700⁷.

Em pouco menos de um século, entre 1614 e 1710, a produção de açúcar teve um incremento de 85%, enquanto que o número de unidades produtivas praticamente triplicou, saltando de 192 em 1614 para 528 em 1710 (aumento de 275%). Provavelmente a maior parte dos engenhos construídos nesse período eram de pequeno porte, o que justificaria a produção não ter crescido no mesmo ritmo. Todavia o aumento da produção foi muito significativo, certamente a demanda por açúcar encontrava-se em ascensão na Europa.

II – A demanda europeia por açúcar

A demanda por açúcar⁸ cresceu gradativamente na Europa ao longo da Idade Média, quando a produção do Brasil alcançou os mercados europeus, no século XVI, o uso do produto já era bastante difundido. A partir da inserção do chocolate, do café e do chá, durante o século XVII⁹, acelerou-se o ritmo de crescimento da demanda em toda a Europa,

6 SCHWARTZ, *op. cit.*, 2005 p. 150, tabela 15, utilizamos apenas os dados da produção do Brasil. O autor apresenta também, na mesma tabela, o número de engenhos em algumas capitâneas.

7 *Idem*, p. 150 tabela 15.

8 A tentativa de mensurar a demanda dos produtos durante o século XVII ou em qualquer período anterior ao século XX é uma tarefa difícil, senão impossível, já que “Conocemos realmente poco acerca de los mercados interiores (esto es, la demanda de las masas de ciudadanos dentro de cualquier país) anteriores al siglo XX. Sabemos menos aún acerca de esse fenómeno característico de la era moderna que es la aparición de una demanda de bienes y servicios sin precedentes, como la radio (o, en le período de que se trata aqui: el tabaco, el té, el café, el chocolate), como algo distinto de la demanda de nuevos productos substitutivos de necesidades antiguas – las medias de nylon por las de seda (o, en nuestro período, el azúcar por edulcorantes más antiguos). **De aquí que sólo podemos hablar acerca de los desarrollos de mercados con suma cautela.**” (HOBSBAWN, Eric John. La crisis del siglo XVII. In: ASTON, Trevor (org.) *Crisis em Europa 1560-1660*. Madrid: Alianza Editorial S.A, 1983 p. 57. grifos nossos).

9 O chocolate teria sido o primeiro a desembarcar na Europa, o primeiro grande carregamento de sementes de cacau chegou a Espanha em 1585. A disseminação foi rápida, e em 1595, já era conhecido em Florença e Veneza, no início do século XVII a França e Nápoles tiveram contato com o produto, que posteriormente foi levado para a Alemanha e em 1657 os holandeses introduziram o chocolate na Inglaterra. O café era conhecido pelos venezianos pelo menos desde 1570 graças as transações comerciais com o Império Otomano, mas foi apenas no século XVII que seu consumo se difundiu pela Europa. Na França o café teria sido introduzido em 1644 através de Marselha, em 1652 foi inserido em Londres e em 1686 uma cafeteria foi aberta na cidade de Regensburg localizada no atual estado alemão da Baviera. Os primeiros europeus a

isso porque esses três alimentos, que são consumidos preferencialmente adoçados, passaram a fazer parte da dieta das classes mais baixas da sociedade.

A rápida popularização do consumo de açúcar só foi possível graças ao barateamento dos preços, reflexo do aumento da oferta gerado pela entrada de novos produtores no mercado mundial do produto. O produto que na Antiguidade e Idade Média era considerado um condimento exótico que só podia ser adquirido com um elevado custo comercial¹⁰, passou a frequentar a mesa dos trabalhadores europeus.

Inicialmente, dado sua raridade e elevado preço, o açúcar era utilizado em pequenas quantidades: no tratamento de algumas enfermidades e no preparo de alimentos (quando exercia a função de tempero), já nos séculos XIII, XIV e XV estava presente na maior parte das refeições das elites europeias, sendo utilizado no preparo de sopas, entradas, assados e sobremesas¹¹. Em Portugal durante os séculos XVI e XVII a utilização do açúcar como tempero de pratos diminuiu, seguindo uma tendência iniciada pelos franceses¹².

Durante o século XVI, dado o aumento da disponibilidade do produto, maiores volumes de açúcar foram destinados a outras aplicações: conservação de alimentos, fabricação de doces e confecção de material decorativo, usado pelas classes mais abastadas da sociedade europeia em seus banquetes¹³.

Apesar de o açúcar ser um produto de consumo predominantemente das elites em Portugal e em algumas regiões da Espanha, como a Andaluzia e Valência, o consumo do produto disseminou-se entre as classes mais baixas ao menos desde o século XVI. As conservas

terem contato com o chá durante a Idade Moderna foram provavelmente os portugueses graças aos descobrimentos. Há relatos que nos Países Baixos o chá já era consumido em 1606 e por volta de 1637 alguns médicos holandeses receitavam o produto para tratar doentes. Na Inglaterra teria sido inserido durante o reinado de Carlos II (1649-1685). Para mais informações ver LEMPS, Alain Huetz. As bebidas coloniais e a rápida expansão do açúcar. In: FLANDRIN, Jean-Louis e MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, *passim* e MINTZ, Sidney W. *Sweetness and Power: The place of Sugar in Modern History*. New York: Elisabeth Sifton Books, 1985, pp. 108-112.

10 FERNÁNDEZ-ARMESTO, Felipe. *Comida uma história*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2004 p. 235

11 FLANDRIN, Jean-Louis. Preferências alimentares e arte culinária (séculos XVI-XVIII). In: FLANDRIN, Jean-Louis e MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998 p. 654.

12 A partir do século XVII, os cozinheiros e os comilões franceses esquecem progressivamente, as funções dietéticas dos alimentos e limitam-se a levar em consideração a harmonia dos sabores. Antes do final do século a prática de adoçar carnes, aves, peixes e legumes é considerada uma falta de gosto; daí em diante, o açúcar só é utilizado com ovos, cereais, na preparação de bolos, ou com frutas, café, chá e chocolate. FLANDRIN, Jean-Louis. Da dietética à gastronomia, ou a libertação da gula. In: FLANDRIN, Jean-Louis e MONTANARI, Massimo. *História da Alimentação*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998 p. 675. Para uma análise da mudança da culinária francesa através dos livros de culinária editados durante o período ver FLANDRIN, *op. cit.*, 1998 *passim*

13 Para uma descrição detalhada de um evento decorado com açúcar ver STOLS, Eddy. The Expansion of the

de frutas (especialmente as produzidas na ilha da Madeira) e outros doces como rabanadas, toucinho celeste, tutano do céu e papos de anjo eram muito populares entre os portugueses, mesmos entre os mais pobres. A região norte do país foi uma das pioneiras na utilização do açúcar para confecção de pães, criando a broa dos santos e em Lisboa em 1644 havia ao menos 200 mulheres autorizadas a venderem doces. Em 1572 a profissão de confeitiro já era regulamentada em Portugal, e desde de 1539 esses profissionais já estavam organizados profissionalmente¹⁴.

A demanda por açúcar não oscilou negativamente e a queda de preços, vivenciada durante o século XVII, não decorreu de uma crise na demanda e sim na oferta. A maioria dos consumidores europeus não tinham acesso ao açúcar até que esse começou a ser inserido nos mercados nacionais a preços atrativos. Por sua vez, os preços só caíram quando a concorrência no mercado internacional aumentou com a entrada de ingleses, franceses e holandeses na indústria açucareira.

III – Novos concorrentes

Foi no Mar do Caribe que ingleses, franceses e holandeses encontraram as condições ideais para iniciarem suas lavouras de cana em larga escala. O processo de inserção da indústria açucareira nas Antilhas inicia-se no século XVI, quando as ilhas ainda eram possessões da Espanha¹⁵. Em 1520 a cultura já estava implantada em São Domingos, sendo transferida posteriormente, em 1523, para Jamaica, Porto Rico¹⁶ e Cuba¹⁷.

Apesar dos esforços iniciais, a produção açucareira antilhana só se consolidou a partir da década de 1640, quando as técnicas para o cultivo da cana e manufatura do açúcar

Sugar Market in Western Europe. In: SCHWARTZ, Stuart (org.). *Tropical Babylons: Sugar and the Making of the Atlantic World, 1450-1680*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2004 pp. 237-238 nesse trecho o autor descreve em detalhes o casamento de Alexander Farnase com a princesa Maria de Portugal em 1565 em Bruxelas, e como grandes quantidades de açúcar foram utilizadas para a decoração do evento.

14 STOLS, *op. cit.*, 2004 pp. 240-241 e LEMPS, *op. cit.*, 1998 p. 612.

15 Em 1623 a ilha de São Cristóvão foi ocupada por franceses e ingleses, em 1632 os holandeses se apossaram de Santo Eustáquio e em 1655 os ingleses tomaram a Jamaica. No final do século XVII os franceses dominavam parte de São Cristóvão, Guadalupe, Martinica, Maria-Galante, São Bartolomeu e parte de São Martinho, além da metade ocidental de São Domingos. Os ingleses ocupavam Barbados, Nevis, Antígua, Redonda Montserrat, Barbuda, Anguilla, Bahamas, Bermuda, Jamaica e parte de São Cristóvão. Já os holandeses além de Santo Eustáquio conquistaram as ilhas de Saba, parte de São Martinho, Bonaire, Curaçao e Aruba. CANABRAVA, Alice Piffer. *O açúcar nas Antilhas (1697-1755)*. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 1981, pp. 21-22.

16 O primeiro engenho de Porto Rico foi construído em 1527. CANABRAVA, *op. cit.*, 1981, p. 33.

17 A primeira tentativa de inserção do açúcar em Cuba data de 1523, contudo não teve o êxito esperado sendo novamente inserido entre 1598-1602, CANABRAVA, *op. cit.*, 1981, p. 33.

sofreram um aprimoramento alcançando um nível de excelência que permitiu a ampliação da produção de Barbados¹⁸.

A colônia britânica de Barbados foi a primeira a produzir quantidades significativas de açúcar, e foi o centro de dispersão da técnica de preparo do produto para as demais ilhas antilhanas, dela partiram os colonos e capitais responsáveis pelo aperfeiçoamento da cultura no Mar do Caribe¹⁹. Já em 1647 o açúcar de Barbados alcançava o mercado europeu, a qualidade do produto ainda não era boa; o mascavado era o único tipo produzido e se apresentava “mal purificado e muito úmido”, tendo no mercado inglês seu único destino²⁰.

Com a expansão da exportação das colônias antilhanas, o açúcar brasileiro teve sua participação em tradicionais mercados europeus drasticamente reduzida. No mercado inglês da década de 1630, o açúcar brasileiro respondia por 80% desse, em 1670 essa parcela se reduziu para 40%, chegando a apenas 10% em 1690²¹. Essa queda é justificada, em grande medida, pelas ações protecionistas tomadas, a partir de 1660, com a criação de novos impostos sobre o produto importado, possibilitando que os produtores ingleses conquistassem o monopólio de seu mercado interno²².

Nos demais mercados europeus a redução foi de 40% entre 1650 e 1710²³. Ainda que menor que a contração no mercado inglês, altíssima se considerarmos que nesse período a produção brasileira sofreu um significativo incremento.

18 CANABRAVA, *op. cit.*, 1981 p. 37.

19 CANABRAVA, *op. cit.*, 1981 p. 39. O caso da Jamaica exemplifica a importância de Barbados na dispersão da cultura da cana pelas Antilhas. Em 1663 Thomas Modyford, grande proprietário de terras, transferiu-se para a Jamaica acompanhado de outros ricos plantadores. No ano seguinte foram introduzidas as técnicas de cultivo de cana e fabricação do açúcar utilizadas em Barbados, e por volta de 1671 a produção da ilha já era considerada de melhor qualidade do que a de Barbados. Em 1675 a Jamaica possuía 75 engenhos de açúcar que produziam entre 3300 e 6600 arrobas, havia ainda 40 engenhos em construção. CANABRAVA, *op. cit.*, 1981 pp. 39-46.

20 CANABRAVA, *op. cit.*, 1981 p. 39. Os autores consultados para elaboração desse trabalho divergem sobre a data de início da exportação do açúcar de Barbados, contudo são unânimes em fixá-la na década de 1640. Segundo Schwartz em 1643 o produto de Barbados já era comercializado na Europa e a partir de 1644 outras colônias inglesas, e também francesas, iniciaram a substituição da lavoura do anil pela do açúcar (SCHWARTZ, *op. cit.*, 2005 p. 162). Já Hobsbawn data o início das exportações do açúcar de Barbados em 1646 “Barbados empezó a exportar azúcar em 1646, Jamaica inauguró las plantaciones em 1664, Haití restableció las plantaciones em 1655, La Martinica las inició em el mismo año, las exportaciones de azúcar de St. Kitts sobrepasaron a las exportaciones de añil em 1660” (HOBBSAWN, *op. cit.*, 1983 p. 22, nota de rodapé 15).

21 SCHWARTZ, *op. cit.*, 2005 p. 162.

22 O imposto aplicado sobre os açúcares estrangeiros em 1660 na Inglaterra era de 4 xelins sobre o quintal do mascavo e 7 xelins e 4 dinheiros por quintal do refinado. O açúcar produzido na Antilhas Inglesas tinha uma taxaço muito menor sendo o imposto sobre o mascavo de 1 xelim e 6 dinheiros e do refinado 5 xelins

Foi na década de 1670 que os efeitos da concorrência, gerada pelos novos produtores, começaram a ser sentidos com mais força pelos comerciantes do açúcar brasileiro, os estoques aumentavam consideravelmente em Lisboa pois muitas vendas não eram concretizadas²⁴.

Depois do aumento da oferta do produto das Antilhas a fixação do preço do açúcar no Brasil tinha que considerar a disponibilidade desse na Europa. Apesar do açúcar brasileiro ser de melhor qualidade, os antilhanos após o refino eram vendidos por preços muito competitivos, isso obrigava os senhores de engenho a aceitar importes menores pelo seu produto. O que gerava sucessivas reclamações.

IV – Problemas na precificação do açúcar

As ações que visavam solucionar o problema dos preços foram tomadas logo no início da regência de D. Pedro. Em maio de 1669, foi determinado que o governador-geral não deveria se intrometer na fixação do preço do açúcar ou do frete dessa mercadoria, “e deixeis obrar nos fretes e preços do açúcar o que determinarem na praça de negócio, sem vos intrometerdes nisso”. Segundo o documento, a intervenção de autoridades locais nessa questão vinha gerando significativas perdas com o atraso da saída das frotas²⁵.

Mesmo com a determinação real a intervenção das autoridades coloniais nos preços do açúcar parece ter continuado. Em dezembro de 1677 o rei encaminhou ordem ao governador-geral para que esse orientasse as câmaras municipais, tanto da Bahia como das outras capitanias, a não se intrometerem nos preços do açúcar²⁶. O rei expediu ainda legislação que permitia que o produto brasileiro fosse vendido pelo preço convencionado entre as partes²⁷.

por quintal. CANABRAVA, *op. cit.*, 1981 p. 235. Depois da taxação o açúcar brasileiro era vendido no mercado inglês entre 3 libras e 3 libras e 10 xelins por quintal, enquanto o açúcar branco das colônias inglesas custava entre 45 e 50 xelins. CANABRAVA, *op. cit.*, p. 226.

23 SCHWARTZ, *op. cit.*, 2005 p. 162.

24 GODINHO, Vitorino de Magalhães. Portugal as frotas do açúcar e as frotas do ouro (1670-1770). *Revista de História*, São Paulo, n. 15, v. 3, 1953 p. 74.

25 BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Cartas Régias 1667-1681, vol. 67. Rio de Janeiro: Typografia Baptista de Souza, 1945, pp. 55-56.

26 BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Registo de Provisões da Casa da Moeda da Bahia 1783-1793 - Cartas Régias 1678-1684, vol. 82. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1948, pp. 276-268.

27 A legislação foi promulgada em 21/12/1677 mesma data em que o rei remeteu a referida carta ao governador-geral. SILVA, José Justino de Andrade e (Org.). *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa Compilada e Annotada por José Justino de Andrade e Silva* – segunda série 1675-1683 e suplemento a segunda série 1641-1685. Lisboa: Imprensa de F.X. de Souza, 1857, p. 36

A liberdade para fixação do preço do açúcar não era uma unanimidade entre os membros do Conselho Ultramarino. Alguns conselheiros se opunham a essa ideia, acreditando que a possibilidade das partes negociarem os preços do produto era a raiz das dificuldades pela qual passavam os senhores de engenho.

Dentre os conselheiros que contestavam a eficácia da política de liberdade de preços destacamos a figura de Salvador Correia de Sá e Benavides, que pela sua vasta lista de serviços prestados a Coroa na administração colonial, falava da questão com conhecimento de causa. Salvador Correia descendia de uma das famílias mais tradicionais da governança ultramarina; era filho de Martim Correia de Sá, neto de Salvador Correia de Sá e sobrinho bisneto de Mem de Sá. Foi governador do Rio de Janeiro em três oportunidades (1637-1643, 1648 e 1660-1662). Além das atividades no governo colonial foi um grande proprietário de terras na capitania, era proprietário do trapiche por onde passava toda a exportação de açúcar fluminense. Foi decisivo também na luta contra os holandeses na costa africana, tendo comandado as tropas que reconquistaram Luanda em agosto de 1648²⁸.

Em parecer emitido em setembro de 1675, dois anos antes da publicação da legislação que determinava a liberdade de preço do açúcar, Salvador Correia defendia que a livre negociação de preços era prejudicial para os senhores de engenho. Isso porque os comerciantes vendiam produtos, necessários as atividades do engenho, fiados para serem pagos na colheita do açúcar. Esses eram vendidos a preços vinte ou trinta por cento maiores dos que os praticados no Reino, e para concretizar a venda fiada, os senhores de engenho eram obrigados a aceitar a imposição antecipada do preço pelo qual os açúcares seriam comprados. Os preços eram fixados sempre a níveis muito baixos que tinham que ser aceitos senão a venda fiada não era concretizada. Quando as frotas chegavam os comerciantes negociavam preços mais altos com os transportadores, conseguindo assim elevados lucros, as custas dos senhores de engenho²⁹.

Essa prática, segundo o conselheiro, era sobretudo prejudicial aos senhores de engenho que tinham menos recursos ou que não fabricavam um bom açúcar, pois “é certo que os engenhos do Brasil os açúcares que neles se fazem, tem já assentada reputação e conforme a tem, tem o crédito para lhe fiar”³⁰. A determinação dos preços do produto pela Coroa era vista como a única maneira de controlar o lucro dos atravessadores.

28 Para mais informações consultar BOXER, Charles R. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola (1602-1686)*. São Paulo: Editora Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1973, *passim* e CAETANO, Antônio Filipe Pereira. O contraponto no ultramar: Salvador Correia de Sá e Benavides entre ser sombra e ser sol. *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*. Recife, n. 22, pp. 347-361, 2004.

29 BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Consultas do Conselho Ultramarino Bahia 1673-1683, vol. 88. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1950, pp. 75-77.

30 *Idem*, p. 77.

Na tentativa de mitigar os efeitos nocivos da aquisição antecipada dos produtos, a Coroa (atendendo a pedido da Câmara de Salvador) renovou em novembro de 1681 uma provisão de janeiro de 1665 que proibia por seis anos a arrematação de gêneros da terra para pagar dívidas, antes do tempo das frotas. A mesma concedia ainda a graça dos açúcares serem arrematados pelo preço estabelecido por dois homens de sã consciência escolhidos pela Câmara de Salvador³¹.

Em 16 de março de 1688 o rei promulgou nova lei onde diminuía as taxas alfandegarias do açúcar e do tabaco, além de tabelar o preço de alguns produtos indispensáveis as atividades dos engenhos³².

Não foi bem aceita na Bahia a fixação dos preços dos gêneros ordenada pelo rei. O governador-geral em correspondência de agosto de 1688 apresentou a Coroa os inconvenientes de executar a ordem, e em nova análise da matéria o rei achou por bem que a lei não tivesse “feito nem vigor na parte que respeita ao preço dos açúcares e dos quatro gêneros com que se fornecem os engenhos porque assim um como outros se venderam livremente à avença das partes”³³.

Por mais que as autoridades de Lisboa tentassem (por meio da legislação) resolver o problema dos preços dos produtos, todas as ações parecem não ter surtido o efeito esperado. Os senhores de engenho continuavam reclamando da escassez de recursos e como tinham que adquirir os insumos necessários para a manutenção de suas atividades produtivas, mantinham-se reféns do sistema de compra antecipada dos açúcares.

Em julho de 1689 a Câmara de Salvador encaminhou solicitação para que a proibição da arrematação dos produtos antes das frotas fosse novamente prorrogada. Pedia, ainda, que os açúcares só pudessem ser arrematados 20 dias antes da partida da frota “e que o dono do trapiche onde estiverem depositados sejam obrigados a pagar ao credor, que não ficava prejudicado nem o devedor destruído”³⁴.

A solicitação foi encaminhada para análise do Procurador da Fazenda do Conselho Ultramarino, que em seu parecer esclareceu “que não se lhe oferecia dúvida a que se passasse a provisão para que as arrematações se fizessem pelo preço que arbitrassem os louvados a

31 SILVA, *op. cit.*, 1857, pp. 364-365. Segundo a Câmara de Salvador os produtos eram arrematados pelos credores por menos de 50% do seu valor real.

32 BIBLIOTECA NACIONAL, *op. cit.*, vol. 68 pp. 162-164.

33 BIBLIOTECA NACIONAL, *op. cit.*, vol. 68, pp. 175-177. Ainda nessa carta o rei proíbe a produção no Brasil do açúcar batido pelos muitos prejuízos que esse causava; aos senhores de engenho que lavrassem ou consentissem que se lavrasse em seu engenho esse tipo de açúcar seria imposta uma multa de 200 cruzados além da perda do produto.

34 BIBLIOTECA NACIONAL. *Documentos Históricos* – Consultas do Conselho Ultramarino Bahia 1683-1695, vol. 89. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1950, pp. 135-136

aprazamento das partes”³⁵. Seguindo o parecer do Procurador o rei renovou a provisão em 11 de novembro de 1689, dessa vez deixando claro que os açúcares não poderiam ser arrematados antes dos 20 dias da partida da frota, como a Câmara de Salvador havia solicitado³⁶.

Renovada a provisão surgiu um novo problema na arrematação dos açúcares. A Câmara despachou correspondência para o Conselho Ultramarino, datada de 18 de junho de 1690, onde relatava que a Relação da Bahia, através de acórdão que favorecia os credores, entendia que as provisões régias, que determinavam a avaliação do açúcar por duas pessoas de sã consciência, só valiam para os casos que o credor fosse exercer o direito de compra sobre o açúcar do devedor. Não podendo, contudo, ser aplicada quando o comprador fosse um terceiro³⁷.

Os oficiais da Câmara entendiam que a interpretação das provisões tinha que ser ampla, estendendo-se também a terceiros, pois no caso da interpretação restrita “ficava porta aberta para os credores mandarem lançar por interpostas pessoas, e arrematarem os açúcares por muito baixo preço”³⁸. Por isso pediam fosse expedida nova provisão em que “esta mercê se entenda e tenha lugar não só no caso em que os credores sejam os mesmos lançadores, mas também quando houver terceiros lançadores de fora”³⁹.

A questão foi remetida para apreciação do Procurador da Fazenda, que em seu parecer seguiu a análise da Relação da Bahia com a ressalva de que sendo comprovado que a arrematação por terceiro advinha de conluio deste com o credor a compra seria anulada “e obrigariam a tomá-lo pelo preço da Câmara”⁴⁰.

O Conselho Ultramarino por sua vez entendeu que a interpretação da Câmara era a correta e que os açúcares sempre deveriam ser tomados “na forma da avaliação não havendo contrato particular em contrário”⁴¹.

O rei consentiu com a interpretação da Câmara e, em 24 de novembro de 1690, promulgou a provisão que determinava que a avaliação dos açúcares deveria ser aplicada “não somente nos credores, mas em todas as mais pessoas que quisessem neles lançar, e que sempre os tomarão na forma da avaliação, não havendo contrato particular em contrário”⁴².

35 *Idem*, o parecer do Procurador data de 19/10/1689.

36 SILVA, José Justino de Andrade e (Org.). *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa Compilada e Annotada por José Justino de Andrade e Silva* 1683-1700. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859, p. 207.

37 BIBLIOTECA NACIONAL, *op. cit.*, vol. 89, pp. 172-174

38 *Idem*

39 *Idem*

40 *Idem*

41 *Idem*

42 SILVA, *op. cit.*, 1859, pp. 254-255.

Em 1692 os oficiais da Câmara da Bahia pediram mais uma vez que se renovasse o prazo da mercê, justificando que “o estado em que se acham aqueles moradores com a baixa dos açúcares e falta da moeda os tem tão impossibilitados que cada vez estão mais atenuados e pobres”⁴³. O pedido da Câmara foi mais uma vez atendido e a provisão renovada em 25 de fevereiro de 1693⁴⁴.

Sucessivamente a Coroa tentou (através dos meios que estavam a sua disposição como a promulgação de leis) atenuar as perdas dos senhores de engenho, mas, não logrou êxito dado que o preço do açúcar era determinado pela oferta do produto no mercado internacional. No momento de negociação os comerciantes sempre se propunham a pagar preços que garantissem a competição com o açúcar antilhano, o que gerava reclamações dos senhores de engenho devido aos altos custos dos insumos utilizados na produção, principalmente os escravos. Os senhores de engenho se propunham a vender a um preço 30% acima do real, já os comerciantes ofereciam-se para comprar a preços 50% menores ⁴⁵.

Esse problema deve ter sido atenuado apenas nos momentos que o açúcar encontrava melhores preços no mercado internacional. No reinado de D. Pedro II o produto foi comercializado por melhores valores apenas durante a Guerra dos Nove Anos (1688-1697) e a Guerra de Sucessão Espanhola (1701-1713). Por ocasião dos conflitos houve amplas flutuações nos preços, devido a vicissitudes da guerra e à insegurança do comércio marítimo⁴⁶, que acabaram beneficiando os senhores de engenho do Brasil.

V – A visão dos senhores de engenho

Mesmo com as sucessivas tentativas de solucionar o problema da precificação do açúcar, os credores continuaram com a aquisição antecipada dos produtos, a indústria açucareira seguiu em dificuldade e para muitos senhores de engenho a situação ficou insuportável. Em novembro de 1686 o rei escreveu ao governador-geral do Brasil solicitando que o mesmo tomasse informação sobre o caso com pessoas entendidas da matéria “porque o dano e ruína dos cabedais da Bahia e de todo o Brasil está na pobreza em que tem caído os senhores de engenho, os quais compram as fazendas fiadas para pagar em açúcares dando estes muito baratos e tomando aquelas muito caras”⁴⁷.

43 BIBLIOTECA NACIONAL, *op. cit.*, vol. 89, pp. 223-224.

44 SILVA, *op. cit.*, 1859, p. 314.

45 SCHWARTZ, *op. cit.*, 2005 p. 173.

46 *Idem*, p. 166

47 BIBLIOTECA NACIONAL. *op. cit.*, vol. 68, p. 119.

Um dos indivíduos consultados pelo governador-geral foi João Peixoto Viegas, um famoso proprietário de terras da Bahia. Viegas nasceu em 1616 em Viana do Castelo, e em 1640 mudou-se para o Brasil engajando-se em atividades comerciais na Bahia, exportava açúcar e importava escravos, vinho e gêneros alimentícios. Em 1646 foi denunciado ao Santo Ofício como cristão-novo, mas graças a seus contatos em Portugal saiu livre do processo e ainda conseguiu o cargo de familiar do Santo Ofício. Casou-se em 1650 com a filha de um senhor de engenho, Joana de Sá Peixoto. Foi vereador da Câmara de Salvador em três oportunidades; 1664, 1668 e 1686. Em 1673 assumiu o cargo de secretário da Câmara Municipal. João Peixoto não era um grande investidor da indústria açucareira, seus investimentos eram em terras no interior da capitania utilizadas para a criação de gado. Por volta de 1665 era o proprietário de 100 mil acres de terra entre os rios Paraguaçu e Jacuípe onde estabeleceu rebanhos de gado e currais, promovendo a submissão e expulsão dos índios da região; possuía ainda terra nas capitanias da Paraíba e do Rio Grande do Norte também destinadas a criação de gado⁴⁸.

O Marquês das Minas⁴⁹ solicitou que Viegas desse seu parecer “acerca da diminuição em que está o comércio em toda a parte”⁵⁰ e as causas que levaram a isso. O Marquês repassou-lhe ainda questionamento do rei sobre a possibilidade de aprimorar os métodos de produção do açúcar brasileiro visando melhorar a qualidade do mesmo, deixando-o ainda mais fino.

O parecer de Viegas, apesar de bastante pessimista, ilustra a percepção que os produtores brasileiros tinham da situação que enfrentavam. Logo no início da carta ele apresenta a causa da crise enfrentada pela indústria açucareira do Brasil “as causas de diminuição e total ruína em que se acham o comércio dos frutos do Brasil, não procede de se obrar mal, senão de ser muito o que dele, das barbadas, e da Índia vai a Europa; porque não se pode obrar melhor, nem Vossa Excelência achará remédio para que sejam mais finos.”⁵¹

Era, pois, do conhecimento dos senhores de engenho brasileiros que o mercado do açúcar havia sofrido um grande choque com o início da produção nas Antilhas, chamadas por Viegas de Barbadas em referência a primeira colônia a produzir açúcar no Caribe. Para Viegas a manutenção dos preços num patamar muito elevado entre os anos de 1644 e 1654 foi o que atraiu as demais nações europeias ao mercado de açúcar, segundo ele a necessidade de suprir os custos com a guerra somada a ganância dos conselheiros do rei D. João IV foram as

48 . Para mais detalhes sobre a biografia de João Peixoto Viegas ver SCHWARTZ, Stuart. B. e PÉCORÁ, Alcir (Orgs.). *As Excelências do Governador. O panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, pp. 309-311 e SCHWARTZ, *op. cit.*, 2005 p. 165

49 D. Antônio Luís de Sousa.

50 VIEGAS, João Peixoto. Parecer e tratado feito sobre os excessivos impostos que caíram sobre as lavouras do Brasil arruinando o comércio deste. *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, v. 20, 1898, p. 213.

51 VIEGAS, *op. cit.*, 1898 p. 213.

responsáveis pela queda do preço do produto e pelas posteriores dificuldades enfrentadas pelos produtores.

A causa dos Ingleses, e depois Franceses, e os mais do Norte se divertirem do açúcar do Brasil, e aplicarem alauzallo (sic), e o tabaco por si, foi o excesso de preço a que chegou em Portugal pelos anos de 44 até os de 54, que se vendia no Reino a 3200 reis e 3500 reis por esta ganancia a que atenderam os do conselho do senhor rei D. João, e pela necessidade da guerra, que existia se acrescentaram então muito os direitos desse negócio; e, contudo, podia o preço pelo qual o vendiam seus donos. E não se advertiu então (como nunca se advertte) quando se intenta acrescentar o rendimento real, na consequência; que foi o dano que a anos se experimenta no nosso comercio, pela diversão dos estrangeiros. (VIEGAS, *op. cit.*, 1898 p. 217)

Viegas também cita os problemas enfrentados pelos senhores de engenho para saldar suas dívidas já que “os do negócio ordenam a seus comissários, que lhes mandem os seus cabedais em direitos ou letras que em açúcar ou tabaco por nenhum modo, porque nenhuma saída, nem preço tem lá nem esperança de o ter nunca [...]”⁵². Essa situação seria fruto da concorrência do açúcar antilhano, já que era grande a quantidade desse produto que chegava a Europa com preços menores que o açúcar brasileiro. Forçando assim uma desvalorização do produto da colônia portuguesa.

Para o autor do parecer os problemas da indústria brasileira seriam amenizados se a tarifação sobre o açúcar diminuísse, possibilitando assim uma redução de preços suficiente para o produto brasileiro concorrer com o antilhano que, segundo Viegas, chegava à Itália por 200 réis a arroba⁵³.

Muito provavelmente o preço da arroba do açúcar das Antilhas foi subestimado por Viegas com intuito de deixar mais crível seu argumento de diminuição de impostos. Estimativas do preço recebido pelos engenhos baianos, por seu açúcar branco na década de 1680, mostram que o valor da arroba nunca esteve abaixo dos 700 réis durante o período; em 1680 o preço era de 1.109 réis por arroba, em 1689 778 réis, saltando para 1.080 réis em 1691⁵⁴. E os preços praticados em Lisboa, para o ano de 1688, eram de 1300 ou 1400 réis por arroba⁵⁵.

Viegas termina sua carta aconselhando o rei a não enviar mais a Europa os açúcares “batidos e mascavados, que são adubo preciso para o refino daqueles do Norte, porque são fracos no doce, e os do Brasil requintam neles, e os mascavados mais que os brancos”⁵⁶. O rei

52 *Idem*, p. 217

53 *Idem*

54 SCHWARTZ, *op. cit.*, 2005 p. 401

55 GODINHO, *op. cit.*, 1953 p. 74

56 VIEGAS, *op. cit.*, 1898 p. 220

também é aconselhado a construir refinarias na colônia onde os mascavados deveriam ser processados antes de serem remetidos ao Reino.

VI – Combate às fraudes e a tentativa de padronização do açúcar

No enfrentamento do problema da falsificação do açúcar a Coroa parece ter tido mais êxito, já que o cumprimento das determinações sobre a padronização das caixas podia ser fiscalizado nas alfândegas do Reino.

Como vimos anteriormente a falsificação do açúcar vinha impondo muitas perdas ao comércio. Uma das primeiras ações de D. Pedro II para combater essa prática foi expedir em 23 de março de 1687 alvará que determinava que daquela data em diante todas as caixas de açúcar produzidas no Brasil deveriam trazer uma marcação a ferro que identificava qual a qualidade do produto contido nela. Para os finos um F, R para os redondos e B para os baixos. No caso de se encontrarem açúcares misturados ou de qualidades inferiores vendidos como sendo de superiores, seria imposta uma pena pecuniária para o fraudador de três vezes o valor do açúcar além disso esse seria desterrado do Brasil por dez anos. Na lei o rei mais uma vez defende que não sejam colocados preços certos nos açúcares “por se entender que assim se lavrarão melhor”⁵⁷.

O alvará não deve ter tido o efeito esperado já que o rei foi servido promulgar, em 15 de dezembro de 1687, uma Lei Geral para todas as capitanias do estado do Brasil. Nessa o procedimento de identificação da qualidade do açúcar por letras foi mantido, as caixas de açúcar deveriam ser pesadas em um trapiche onde haveria o Ver-o-Peso, que deveria emitir um termo atestando a qualidade do produto⁵⁸.

As penas para a falsificação de açúcar foram abrandadas, o senhor de engenho pego falsificando o produto deveria pagar uma multa de quarenta mil réis e seria degredado por dois anos para outra capitania do Brasil. Para os caixeiros a pena pecuniária seria a mesma bem como o tempo de degredo, a única mudança seria no local de cumprimento da pena que para esses profissionais seria em Angola. Havendo reincidência as penas seriam dobradas⁵⁹.

Na mesma data em que foi promulga a Lei Geral, o rei encaminhou carta ao governador-geral do Brasil determinando que fossem tomadas medidas para solucionar outro problema que afetava a qualidade do açúcar e conseqüentemente sua reputação no mercado internacional. Uma considerável parcela do produto era encaminhada para Europa em caixas

57 BIBLIOTECA NACIONAL, *op. cit.*, vol. 68, pp. 167-169

58 SILVA, *op. cit.*, 1859, pp. 131-132.

59 *Idem*

feitas com madeira verde que, devido a sua umidade, acabavam alterando a qualidade do produto. O rei ordenou que o governador instituisse as penas que lhe parecessem necessárias, para evitar que os açúcares encaminhados ao Reino fossem acondicionados em caixas feitas com madeira não seca⁶⁰.

Em agosto de 1688 o governador-geral do Brasil respondeu ao rei que não seria necessário impor penas aos senhores de engenho que acondicionavam seus açúcares em caixas de madeira verde porque “nenhum senhor de engenho ou lavrador chegava a meter o seu açúcar em caixões verdes senão obrigados da necessidade de o não terem secos”⁶¹.

Segundo o governador os produtores de caixas da Bahia não produziam a quantidade suficiente para acondicionar todo o açúcar da capitania, algumas caixas tinham que ser trazidas de outras localidades e iam secando durante o processo de moagem da cana. Era conveniente para o senhor de engenho que as caixas fossem secas, as verdes só eram usadas quando se tinha que escolher entre perder o açúcar nas formas ou acondicioná-los nessas⁶².

O rei entendeu os inconvenientes que levavam os senhores de engenho a usar as caixas de madeira verde, mas pediu ao governador-geral que cuidasse para que na medida do possível fosse mandado pouco açúcar dessa forma para o Reino “pelo dano que recebem e o mal que reputa a este gênero”⁶³.

O peso das caixas de açúcar remetidas do Brasil representava também um problema para as alfândegas do Reino, isso porque não havia um padrão e muitas eram excessivamente pesadas, dificultando seu transporte pelos trabalhadores durante o descarregamento da frota, alguns desses “deixavam e se ausentavam, por não perigarem na vida e saúde, com o peso a que suas forças não chegam”⁶⁴.

Em novembro de 1698 foi expedida lei que determinava que as caixas de açúcar poderiam pesar no máximo quarenta arrobas, somados o produto e a caixa, “e todo maior peso que nelas houver seja perdido, na mesma espécie de açúcar, para minha Fazenda, o qual mandara tirar o provedor de alfândega dentro nela, assim como se achar o excesso na balança”⁶⁵.

60 BIBLIOTECA NACIONAL, *op. cit.*, vol. 68, p. 208.

61 BIBLIOTECA NACIONAL, *op. cit.*, vol. 89, pp. 106-107.

62 *Idem*

63 *Idem*. A resposta do rei data de 22/02/1689, antes de tomar conhecimento da carta do governador-geral o rei havia expedido outra correspondência tratando sobre o mesmo assunto em 15/02/1689, BIBLIOTECA NACIONAL, *op. cit.*, vol. 68, p. 196.

64 SILVA, *op. cit.*, 1859, pp. 421-422.

65 *Idem*, p. 421.

Conclusão

As políticas para o açúcar, implementadas durante o governo de D. Pedro II, visavam ampliar as receitas régias oriundas da comercialização do produto. Era imperativo aumentar a eficiência da produção açucareira do Brasil num momento em que o Império passava por uma reestruturação comercial forçada, reflexo da Guerra Luso-Holandesa⁶⁶ que como principal efeito logrou alterar o centro das receitas régias do Índico para o Atlântico. Ademais o reino enfrentava um quadro de forte baixa nas receitas geradas em parte pela crise que atingiu não apenas Portugal, mas toda a Europa durante o século XVII.

Esse quadro foi agravado pela entrada de novos concorrentes no mercado internacional de açúcar. Consideramos que não seria plausível o empenho de diferentes países na produção se esses não dispusessem de uma demanda, ao menos presumível, para seus produtos; ademais ter uma balança comercial favorável, exportando mais do que importando, era um dos princípios fundamentais do mercantilismo. Portanto, a entrada de novos concorrentes no mercado internacional do açúcar não pode ser vista apenas como uma tentativa de apropriação de parte dos lucros desse comércio, mas sim como uma política que visava reduzir as saídas de moeda dos Estados e garantir o abastecimento de seus mercados com o produto mais barato.

Apesar de toda a força política dos senhores de engenho, as ações empreendidas durante o período não foram implementadas apenas com intuito de assegurar seus rendimentos ou protegê-los da ganância dos comerciantes; se assim fosse provavelmente não teriam sido promulgadas leis que padronizavam o tamanho das caixas de açúcar ou que determinavam a marcação dessas com letras, visando identificar o tipo de açúcar que possuíam. Essas normas não devem ter sido inicialmente bem vistas pelos senhores de engenho, mas presumivelmente o foram pelos comerciantes, pois lhes dava uma garantia de que se o produto não fosse o identificado na caixa o fraudador seria punido.

66 Para Portugal o desfecho da Guerra Luso-Holandesa (1600-1663) não representou apenas a perda do controle político sobre as possessões asiáticas, mas principalmente a supressão das receitas oriundas do comércio de especiarias. Antes do início do conflito, em 1588, as receitas geradas pelo comércio da Índia somavam 191,8 milhões de réis que correspondiam a 17,3% do total das receitas régias. Ao final do conflito as receitas régias com o comércio da Índia caíram consideravelmente: em levantamento efetuado no ano de 1681 elas representavam apenas 7% da receita total somando 112,1 milhões de réis. A queda é ainda maior se compararmos com as receitas de 1619 quando esse comércio gerou para a Coroa um rendimento de 234,4 milhões de réis. Portugal teve que se contentar com os produtos brasileiros (açúcar, tabaco, madeira), mas as receitas do Brasil embora de tendência ascendente, ainda eram demasiado modestas e instáveis para compensarem as perdas no Oriente. PEDREIRA, Jorge M. Custos e Tendências Financeiras do Império Português, 1415-1822. In: Francisco Bethencourt & Diogo Ramada Curto (dir.). *A Expansão Marítima Portuguesa, 1400-1800*. Lisboa: Edições 70, 2010 pp. 60 e 68.

Gerar novas receitas era a meta com as mudanças na legislação do açúcar, assim como foi esse o estímulo para a implantação de outras políticas comerciais durante o reinado de D. Pedro II. A criação da Junta de Administração do Tabaco⁶⁷ e da Companhia de Comércio do Maranhão⁶⁸, bem como a fundação da Colônia do Sacramento⁶⁹ e a tentativa de inserção de especiarias no Brasil⁷⁰ visavam aumentar as receitas régias num período de escassez de recursos.

Carecemos de informações acerca da efetividade dessas medidas, teriam elas de fato gerado uma ampliação nas receitas régias? O que podemos afirmar é que, com a descoberta do ouro, as atenções da Coroa se voltaram para a extração do metal, deixando em segundo plano outras áreas da economia colonial. Contudo o foco nas jazidas minerais não oblitera o conteúdo programático das políticas régias do final do século XVII.

67 Criada em 15 de dezembro de 1674 era responsável pela administração do contrato do tabaco, conforme seu alvará de criação. SILVA, José Justino de Andrade e (Org.). *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa Compilada e Annotada por José Justino de Andrade e Silva – segunda série 1657-1674*. Lisboa: Imprensa de F.X. de Souza, 1856, p. 381.

68 Criada em 1682 pretendia “durante o prazo de vinte anos, seriam introduzidos dez mil negros, à razão de quinhentos por ano, devendo ainda os assentistas importar tôdas as fazendas e gêneros necessários para o consumo dos moradores, de seus estabelecimentos, fábricas e lavouras” DIÉGUES JÚNIOR, Miguel. As companhias privilegiadas no comércio colonial. *Revista de História*, São Paulo, n. 1, v. 3, 1950, p. 321.

69 A expedição que daria início ao novo povoamento, comandada por D. Manuel Lobo, partiu de Santos em 8 de dezembro de 1679, chegando ao estuário do Prata em janeiro de 1680. MONTEIRO, Jonathas da Costa Rego. *A Colônia do Sacramento (1680-1777)*. Porto Alegre: Globo, 1937, vol. 1, p. 45

70 Iniciada por ordem de D. Pedro II em março de 1678, quando esse solicitou que fossem enviadas ao Brasil as plantas do Oriente que tinham maior comércio na Europa principalmente canela, cravo, pimenta, noz moscada e gengibre. BIBLIOTECA NACIONAL, op. cit., vol. 67 pp. 316-317.